

MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM E COMO FAZEM OS PROFESSORES

Fernanda de Souza Santos
Centro Universitário Geraldo Di Biase
Nandinha-clari@hotmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta a pesquisa que se realizou no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia. Pretende estudar como a música está sendo aplicada nos anos iniciais da Educação Infantil pelos professores, assim como analisar o que pensam esses docentes sobre a utilização da música como conteúdo obrigatório em toda a educação básica. A pesquisa está sendo realizada em uma unidade escolar municipal de Educação Infantil no município de Volta Redonda, no ano de 2016, crianças de 03 a 05 anos e professores que atuam nesta modalidade.

Palavras-chaves: Música. Aprendizagem. Educação Infantil

Introdução

A música é um recurso muito utilizado na Educação Infantil, porém centralizada apenas na rotina da criança, com o intuito de discipliná-la, ou seja, a música utilizada como ordem de comando e nas festividades da escola. Sabe-se, no entanto, da importância do emprego da música como ferramenta de ensino-aprendizagem para desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor, entre outros aspectos.

Acreditamos que a utilização da música no processo de ensino-aprendizagem pode beneficiar a criança em diferentes aspectos – cognitivos, psicoafetivos e sociais, assim como possibilitar manifestações relativas à sensibilidade e ao modo de expressar sentimentos e emoções. Além disso, o ensino com a música, assim como a prática da música podem trazer aos estudantes uma aprendizagem mais prazerosa e agradável.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo que pretendeu, primeiramente, analisar como a música está sendo oferecida e desenvolvida em uma unidade escolar municipal de Educação Infantil da cidade de Volta Redonda e como pensam os professores sobre seu emprego como conteúdo obrigatório. Foram aplicados, também, os procedimentos de pesquisa de campo, tais como a utilização de questionários e observações do cotidiano escolar.

Breve histórico do ensino da música no Brasil

A música no Brasil antecede a qualquer interferência dos colonizadores, pois no país já havia uma cultura musical realizada pelos índios que até os dias de hoje fazem uso dela em suas celebrações religiosas, utilizando instrumentos confeccionados de matérias extraídas da natureza. Os portugueses que aqui chegaram se deslumbraram com a riqueza de suas manifestações artísticas como danças, cânticos, práticas de conjuntos com tambores e flautas de bambu, executando com destreza seus instrumentos com uma finalidade de adoração aos seus deuses.

Consta nos estudos de Jorbet Gaigher que, por intermédio do organista Padre Raffeo e do regente de coral Padre Pedro Mello, os portugueses viram na música, uma forma de catequizar os índios. Adicionaram à cultura nativa a música intitulada de “Música Ocidental”, ou seja, apresentaram aos índios uma nova maneira de se fazer música (GAIGHER, 2012).

A chegada dos Jesuítas (1549) trouxe consigo a sistematização de ensino. Eles foram os primeiros professores oficiais do Brasil. Em 1552, o Bispo Dom Pedro Sardinha e o Maestro de Capela Francisco Vaccas chegaram ao país para desempenhar um trabalho mais estruturado musicalmente, com o intuito de catequizar os índios atendendo uma determinação da coroa. Dois anos depois, a primeira escola é estruturada com o nome Escola da Companhia de Jesus na cidade de São Paulo, sob a responsabilidade de Padre Manoel da Nóbrega e Padre José de Anchieta, um episódio importante, não só para a música, mas de uma maneira geral para a educação.

A atuação dos Jesuítas foi encerrada no ano de 1759. Exatamente duzentos e dez anos após sua chegada. Eles foram banidos do Brasil na ocasião das Reformas Pombalinas, provocando a decadência do sistema educacional brasileiro nos anos que se seguiram. A partir daí o ensino da música ficou restrito aos cursos privados oferecidos por professores, entre os quais se destaca o Padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), Mestre da Capela Imperial. Somente em 1848 foi inaugurado o Conservatório de Música, instalado no Museu Imperial. Seu primeiro diretor foi Francisco Manuel da Silva (UFRJ, 2016)¹.

Ao longo da história, o país recebeu outros povos, cada um com suas características e maneira diferentes de utilizar a música. Traziam consigo sua cultura e cada novo povo que chegava acrescentava um pouco mais. Os africanos, por exemplo, trouxeram-na em seus corações e continuaram a cultivá-la longe do seu solo de origem, agregando-se às culturas aqui existentes. Todos os povos africanos que aqui chegaram pelo processo escravocrata foram incorporando seus costumes, hábitos, religiosidade etc. além da sua música marcante. Modificaram o modo de vida da Colônia de muitas maneiras, presenteando o Brasil com uma herança cultural magnífica e contagiante, como é conhecida nos dias atuais por todo o planeta.

A inauguração do Conservatório de Música, embora o acesso a ele ficasse restrito à elite imperial, favoreceu a evolução do ensino da música. Mas foi a partir da Proclamação da República, que leis foram criadas com a finalidade de estruturar a educação musical dentro da escola. Essas leis sistematizaram e padronizaram os conteúdos, com delimitações e partindo da aquisição de princípios básicos da música como: de solfejo, voz, instrumentos de cordas, instrumentos de sopro e até análises de harmonia. O ensino estava tão bem estruturado que em 1849 proporcionou os primeiros diplomas de formação Musical.

Ensinar e aprender música no Brasil volta a ser notado a partir dos anos vinte com o educador Gomes Júnior, precursor do “método analítico” e do “canto orfeônico”. O método analítico é eternizado pelo músico, compositor educador e pesquisador Heitor Villa-Lobos, que assume a direção da Superintendência de Educação de Educação Musical (SEMA), a convite de Anísio Teixeira, Secretário de Educação, à

¹ UFRJ. **Escola de Música**: histórico. Disponível em: <<http://www.musica.ufrj.br>> Acesso em: 20 nov. 2016.

época. Anísio Teixeira institui o Canto Orfeônico como disciplina obrigatória no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e, posteriormente, Getúlio Vargas amplia sua obrigatoriedade para todo o Território Nacional, por meio das Reformas Capanema.

Durante o governo de Vargas, o canto orfeônico tornou-se, inquestionavelmente, uma ferramenta de doutrinação ideológica, pois impunha valores nacionalistas e patrióticos aos escolares, dando-lhes pouca liberdade de escolha. (FERRAZ apud MATEIRO; ILARI, 2015 p.31).

Em outras palavras, usando a pessoa de Villa-Lobos, o governo visualiza uma oportunidade de sutilmente inculcar em toda a nação um amor pela Pátria. Forma similar ao que os portugueses fizeram com os índios em tempos passados.

Apesar dessa ressalva, musicalmente foi um período muito produtivo. Villa-Lobos consegue colocar a música em um lugar nunca antes alcançado. Depois do Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. O educador fica responsável pelo canto orfeônico, agora obrigatório nas escolas.

Em 1935, Villa-Lobos elaborou o “Guia Prático” material produzido a partir de pesquisas do compositor em várias regiões do Brasil, resgatando músicas folclóricas cantadas pelas crianças, reunindo-as, organizando-as e elaborando arranjos belíssimos que são usados até os dias de hoje por pequenos corais e grandes orquestras. Villa-Lobos coloca em ação seus pensamentos não só como educador, mas também como músico, compositor e amante da música, em prol de uma qualidade musical nas escolas. Sua metodologia era baseada na prática do fazer musical como consta no livro “Pedagogia Musical Brasileira do Século XX” (PAZ, 2013, p. 21).

Para ele, o ponto central da música como disciplina escolar era levar o aluno a uma conscientização musical e, posteriormente, a uma prática efetiva. Para tanto, usava como ferramenta pedagógica, entre outras, a manossolfa, influência do educador Orff.

Tudo tinha que ser vivenciado e, não *música no papel*. Os fenômenos tinham de ser sentidos e ouvidos, não havendo lugar para a teoria pela teoria. Todos os aspectos teóricos existentes nos programas de ensino eram veiculados através da prática e, para isso, foi criada a disciplina Teoria Aplicada. (PAZ, 2013, p. 22)

Heitor Villa Lobos deixou marcas. Em suas devidas proporções atrevemo-nos a fazer uma analogia: assim com Paulo Freire está para uma educação libertadora Villa Lobos está para a introdução da Educação Musical nas escolas no Brasil. Segundo Fuccio-Amato (2015), Villa Lobos conseguiu “consertar” o distanciamento entre a música produzida pelo povo das estudadas nos conservatórios:

(...) a dicotomia entre, de um lado, a música de origem e cultivo popular e a educação musical informal, notadamente nas camadas populares – nas quais as culturas ameríndia e negra penetram e se difundir –, e, de outro, a música erudita e a educação musical formal para os mais abastados, em domicílio e, depois, nos conservatórios. (FUCCIO-AMATO, 2015, p.24)

Segundo Paz (2013), Villa Lobos oferecia cursos de reciclagem intensivos: propagando junto ao público, demonstrando a importância e utilidade do ensino de música. E devido à falta de educadores musicais, o mesmo promovia capacitações para professores em grandes encontros. Neles o educador ensinava noções de Regência, Análise Harmônica, Ditado Rítmico, Técnica Vocal, Etnologia, Folclore, entre outros conteúdos que o mesmo achava necessário, porém o cargo chefe era mesmo o canto orfeônico. Em seguida esses professores retornavam para suas escolas trabalhavam os conteúdos aprendidos e a culminância eram os grandiosos encontros com centenas de crianças e músicos (PAZ, 2013).

Para tornar viável e bem-sucedida essa programação, foram criados cursos de férias e de emergência, além dos cursos regulares, constando de uma parte de formação e preparação e seguindo-se de uma especialização, que eram ministrados no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, constituindo-se, assim, um verdadeiro pré-requisito, já que não era possível desenvolvimento obtido através desses cursos.

Uma contribuição altamente relevante foi a implantação do ensino da música desde o curso primário, fruto da importância que Villa Lobos atribuía ao ensino de base, pois, como ele mesmo dizia: tenho muita fé na criança e no jovem. (PAZ, 2013, 21).

Villa Lobos inspirou significativamente todos os que posteriormente o seguiram, como os educadores Sá Pereira e Liddy Mignone nos anos 60. Contemporâneos no

ensino de música no Rio de Janeiro, ambos começaram suas experiências lecionando aulas de Educação Musical agora conhecida como Iniciação Musical, juntos no Conservatório Brasileiro de Música. Porém, no ano de 1951, Sá Pereira direciona-se para a escola de Música da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com um olhar bem mais profissionalizante. Uma educação direcionada aos músicos virtuosos.

Liddy permanece no conservatório atendendo a todos sejam eles “afinados ou desafinados”, pois, sua proposta inicial não era apenas lecionar para os dotados musicalmente, porque acreditava que todos têm a capacidade para desenvolver uma habilidade musical. Porém, sua atuação apenas realizava-se dentro das escolas de música e não em escolas regulares.

Todos estes educadores sofreram influências estrangeiras positivas de renomados educadores musicais como Dalcrose, Orff, Willens, Kodály entre outros, trazidos e divulgados por Villa Lobos, que até os dias atuais, influenciam educadores nas salas de aulas (NOGUEIRA, 2007).

Atualmente temos diversos educadores que fazem trabalhos voltados ao ensino da música, cada um com suas características tendendo a um determinado público, porém, todos com o mesmo objetivo: fazer música de qualidade dentro e/ou fora da escola. São muitos nomes como Luccas Ciavata com o método “O Passo”; Cecília Cavalieri França com os Jogos Pedagógicos; Adriana Rodrigues Didier com sua obra Música, Cultura e Educação; Teca Alencar de Brito com o livro Música na Educação Infantil: proposta para a formação integral da criança, entre outros educadores.

A atualidade do ensino da música no Brasil

Em agosto de 2008 a Lei n. 11.769 de 18 de agosto de 2008, tornou obrigatório o ensino de música nas escolas de educação básica. Esta Lei traz com ela não apenas a obrigatoriedade, mas sim, a valorização aos profissionais da área e um incentivo à divulgação da cultura musical do país. Pois a música estando presente de forma significativa dentro da escola abre um mundo de possibilidades. A Lei teve um prazo

de três anos para ser inteiramente colocada em prática nas escolas de forma integrada. Ressaltamos, entretanto, que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RECNEI, já vinha sinalizando desde 1998, qual deveria ser a maneira adequada de ensinar e utilizar a música na educação infantil.

A escola precisa adequar-se para melhor desenvolver esse conteúdo, tendo como ponto de partida a inclusão da música em seu Projeto Político Pedagógico. Em seguida deve equipar a escola com recursos didáticos adequados, preparar os professores para que possam compreender a musicalização e aplicá-la de modo a empregar metodologias para o ensino da música, com técnicas, abordagens e conteúdo musical apropriados. É necessário, também, criar ou adaptar espaço físico (quando houver possibilidade). Somente assim terá com resultado uma aprendizagem com mais significado para os educandos.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é um documento pertencente ao conjunto de Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborado pelo MEC para atender às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 e está organizado em três volumes.

Como o presente trabalho refere-se à Educação Musical, direcionaremos nossa atenção, apenas ao capítulo referente à Música. Nele constam os objetivos, os conteúdos e orientações gerais para os professores, de forma simples, desmistificando os pensamentos de alguns professores, que pensam que só um especialista na área pode desenvolver um bom trabalho com música.

O objetivo da música na Educação Infantil, é desenvolver na criança a capacidade de ouvir, perceber e discriminar eventos musicais diversos. E os conteúdos que servirão de base para alcançá-lo, deverão ser iniciados pela matéria prima da música – o som – explorando quatro de suas propriedades – altura, duração, intensidade e timbre.

As atividades a serem realizadas devem estar repletas de experiências de diferentes meios sonoros como o ato de cantar, pois segundo o Referencial, “[...] quando cantam, as crianças imitam o que ouvem e assim desenvolvem condições necessárias à elaboração do repertório de informações que posteriormente lhe permitiram criar e se comunicar nessa linguagem” (BRASIL, 1998, p.59).

O contato com diferentes obras musicais além de ser uma forma de conhecimento de mundo servir para trabalhar o elemento musical timbre na produção e exploração de diferentes materiais sonoros sejam eles, sons do corpo, instrumentos confeccionados de sucata, instrumentos da bandinha até mesmo instrumentos encontrados em grandes orquestras, ou qualquer material que possa se transformar em material sonoro.

O conteúdo, por sua vez, é disponibilizado em duas etapas: o fazer musical e apreciação musical. A primeira descreve cada elemento musical e como deverá se desenvolvido pela criança de acordo com sua faixa etária, com ênfase em “improvisação, composição e interpretação” diferenciando-os, sinalizando sua importância e sugerindo como abordar cada item. A segunda, centralizada na “audição e interação”, aprofunda os conteúdos para o desenvolvimento da criança, pois, as mesmas “podem perceber, sentir e ouvir, deixando-se guiar pela sensibilidade, pela imaginação e pela sensação que a música lhe sugere e comunica”. Apresenta como sugestão de atividade as músicas sem letra (apenas instrumental), para que a criança possa ter oportunidade de desenvolver sua atenção e também prepará-la para “compreender a linguagem musical como forma de expressão individual e coletiva”. Esta etapa é também organizada por faixa etária e oferece orientações didáticas significativas (BRASIL, 1998, p. 65).

O aumento do grau de dificuldade e complexidade aparecerá no decorrer do processo naturalmente e o professor precisa estar atento às crianças para saber qual é o momento adequado para o aprofundamento do saber musical.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brincados rítmicos, jogos de mão etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera ativa, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados. (BRASIL, 1998, p. 47)

Como tudo na Educação Infantil, o conteúdo musical precisa vir acompanhado do lúdico, da brincadeira, dos jogos, de dinâmicas, sendo assim, sua aplicação precisa estar atrelada a um momento de prazer, atividades que as crianças possam

expressar-se livremente, descobrir timbres, habilidades, pois, são capazes de produzir música de diversas formas.

A presença do educador é de suma importância para direcionar o educando, mediado a aprendizagem, para que posteriormente as crianças sejam capazes de identificar, interagir e expressar-se melhor por intermédio da composição (criação de simples linhas melódicas ou rítmicas). Portanto, o professor precisa fornecer as crianças a oportunidade de expressar seus sentimentos improvisando ou interpretando (os sons e não a letra que acompanha) livremente determinada canção infantil apenas tendo cautela de não desviar do assunto música, como o próprio Referencial recomenda. “É preciso cuidar, no entanto, para que não se deixe de lado o exercício das questões especificamente musicais” (BRASIL, 1998, p. 49). O Referencial nos alerta sobre esta questão, pois, nem sempre quando há atividades sobre o som da música, estamos especificamente trabalhando algum conteúdo musical.

Sabemos que a música é usada como recurso pelos educadores, em muitos momentos na sala de aula, por sua funcionalidade, é só cantar que a criança logo para o que está fazendo e direciona o seu olhar para a voz que está sendo emitida. Ela gosta de ouvir e cantar músicas, porém, não podemos limitar a música apenas a esses momentos de disciplina.

O professor que decide realizar um trabalho de musicalização com seus alunos, o escolhe com consciência das dificuldades que irá enfrentar, sabe que precisa estar em constante atualização dos seus conhecimentos para fazer o melhor.

Constata-se uma defasagem entre o trabalho realizado na área da Música e nas demais áreas do conhecimento, evidenciada pela realização de atividades de reprodução e imitação em detrimento de atividades voltadas a criação e a elaboração musical. Nesse contexto, a música é tratada como se fosse um produto pronto, que se aprende a reproduzir, e não uma linguagem cujo conhecimento se constrói. (BRASIL, 1998, p. 47)

Se o professor, no exercício de sua função, conseguir elaborar atividades que envolvam o som e sua ausência – o silêncio – realizará o início do processo musical. O trabalho com música na Educação Infantil, pelos professores, mesmo não tendo a

oportunidade de estudar música, precisa garantir à criança a possibilidade de vivenciar e refletir sobre questões musicais, num exercício sensível e expressivo que também oferece condições para o desenvolvimento de habilidades, formulação de hipóteses e elaboração de conceitos.

A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e do autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social (BRASIL, 1998).

O processo de musicalização

Vivenciar a música é algo natural, inerente do ser humano, pois tudo que nos rodeia emite som, tudo vibra, tudo emite algum ruído perceptível ou não ao ouvido humano. Até mesmo os surdos conseguem perceber a presença do som, conseguem sentir as vibrações em alguma parte do seu corpo. Por sua vez a criança ao chegar à escola, já possui uma experiência, um conhecimento e já vivenciou música em muitos momentos de sua vida, proporcionados pelos materiais sonoros disponibilizados a ela por seus pais desde o seu nascimento. No decorrer de seus anos vida outros sons vão sendo apresentados pelos meios de comunicação, pelos instrumentos e até mesmo pela poluição sonora tão presente nos dias atuais. Os desenhos animados sempre apresentam uma música bem atrativa, assim como os filmes e jogos em aparelhos eletrônicos.

Musicalização é o processo sistematizado da aprendizagem musical. Porém, como todo processo, a musicalização possui características próprias diferenciadas em cada ocasião e/ou localidade. Trata-se de oportunizar à criança a experimentação da música de forma ampla. As aulas de musicalização precisam estar bem estruturadas, possibilitando a livre participação de todos em prol de uma “aprendizagem verdadeira e significativa”, como assinala Gainza (1982, p. 43) em seu livro “Estudos de psicologia musical”.

A musicalização na educação básica, por sua vez, precisa e deve ampliar a vivência musical das crianças de forma sistematizada não com o intuito de distração, mas para expandir seus conhecimentos, suas percepções, aumentar seu repertório,

momento para conhecer novos timbres por meio dos instrumentos convencionais ou confeccionados artesanalmente, entre outras coisas. Ou seja, fornecer aos pequenos a possibilidade de desenvolverem capacidades como, sensibilização, atenção, memória (curto e de longo prazo), socialização, percepção, sequência lógica. Essas capacidades podem ser desenvolvidas em razão de que a música pode favorecer conexões entre aspectos cognitivos, afetivos, emocionais e sociais no momento em que as crianças estão ouvindo ou executando uma peça musical.

Já é do conhecimento de todos que o ensino da música favorece, além do desenvolvimento de capacidades, a aprendizagem de conteúdos de outras áreas além da própria música, tendo em vista que favorece a memorização, promove prazer e tem uma ludicidade que lhe é inerente.

Além disso, a música oferece possibilidades para a interação social e a formação da identidade cultural dos educandos, fortalecendo vínculos com a comunidade e com as tradições culturais que ela dispõe.

Concordamos com Brito (2003) quando nos traz à memória de “[...] que a música é linguagem cujo conhecimento se constrói com base em vivências e reflexões orientadas”. O autor ressalta que:

[...] todos devem ter o direito de cantar, ainda que desafinando! Todos devem poder tocar um instrumento, ainda que não tenham naturalidade, um senso rítmico fluente e equilibrado, pois as competências musicais desenvolvem-se com a prática regular e orientada, em contexto de respeito, valorizando e estimulando a cada aluno, por meio de propostas que consideram todo o processo de trabalho, e não apenas o produto final. (BRITO, 2003, p. 53)

Moura, em seu livro *Musicalizando crianças: teoria e prática da educação musical*, afirma que musicalizar, vai além de “transmitir uma técnica para tocar um instrumento ou passar noções teóricas de música. É, sobretudo, levar o indivíduo a familiarizar-se com a música, por meio de um processo gradual a que podemos chamar de *sensibilização*” (MOURA; BOSCARDIN; ZAGONEL, 2012 p.13). Sendo assim, o educador durante seu planejamento e sua prática, não deve utilizar a musicalização infantil visando a “[...] formação de possíveis músicos do amanhã, mas sim, à formação integral da criança de hoje” (BRITO, 2003, p. 46).

Contudo, podemos dizer que musicalização, é o processo pelo qual o indivíduo (a criança) passa no momento em que está realizando a aprendizagem musical de maneira lúdica, utilizando recursos diversos, elementos e propriedades musicais com “intenção” de se fazer música, aprendendo e ensinando, gerando conhecimentos significativos de maneira prazerosa.

O que pensam e como fazem os professores

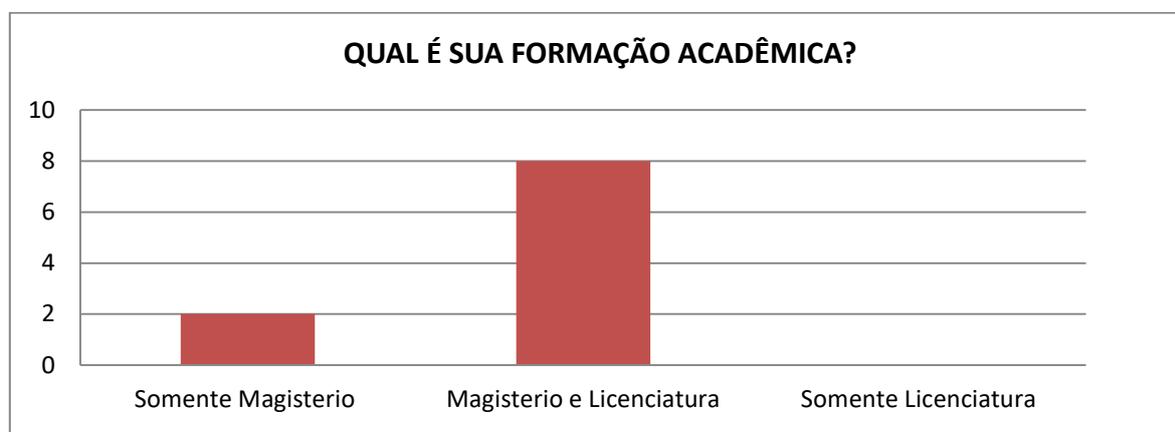
Para obter melhores esclarecimentos fez-se necessário ir a campo para verificar, descobrir e analisar de que forma a música está sendo desenvolvida em turmas da educação básica. Tal pesquisa ocorreu com educadores de uma creche/pré-escola do município de Volta Redonda que iremos identificar durante todo trabalho como “creche/pré-escola A”.

A escolha da mesma ocorreu pelo fato da autora do presente artigo exercer a função de auxiliar de educação infantil neste recinto, possibilitando assim uma análise e constatação dos fatos com mais acuidade, pois durante toda pesquisa estaria presente na “creche/pré-escola A” possibilitando um acompanhamento mais próximo de toda rotina da escola, das salas de aula, dos alunos e educadores.

A pesquisa de campo aconteceu em dois momentos. No primeiro, solicitamos aos educadores que respondessem um questionário com perguntas objetivas. Esta etapa teve como objetivo verificar o modo como os professores utilizavam a música em suas respectivas salas de aula da educação infantil durante parte do ano letivo de 2016. No segundo momento, mediante a observação da rotina das crianças em cada sala, verificamos a consonância dos dados coletados anteriormente com as recomendações e exigência do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e a realidade da sala de aula.

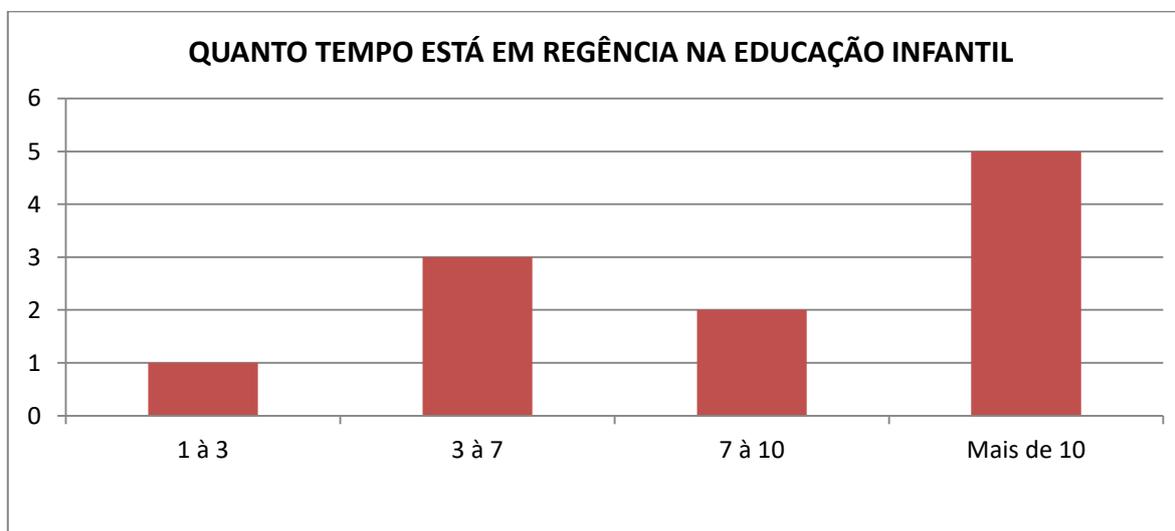
O questionário continha perguntas de fácil entendimento, facilitando seu preenchimento, porém com muita significância, pois mediante os gráficos abaixo podemos observar e analisar vários pontos pertinentes.

Gráfico 1. Formação acadêmica.



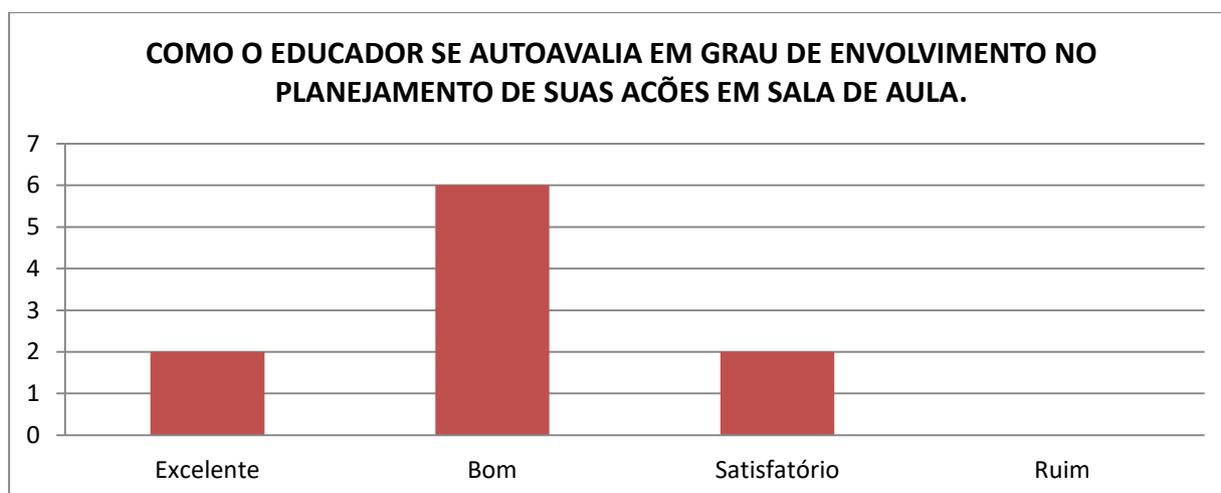
Através do gráfico 1 podemos constatar que a maioria dos educadores da “creche/pré-escola A”, são educadores que estão conscientes de uma formação continuada, pois oitenta por cento dos educadores prosseguiram seus estudos em busca de uma melhor qualificação. Logicamente que interferirá em sua prática.

Gráfico 2. Tempo de Regência na educação infantil.



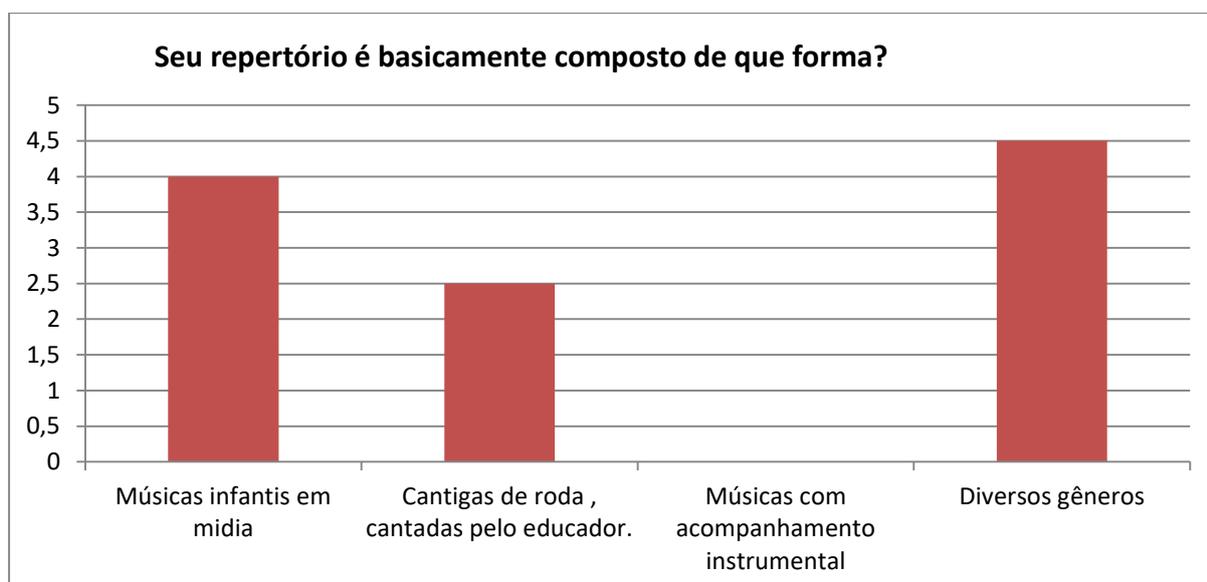
Com o gráfico 2, podemos perceber que mais de cinquenta por cento (50%) dos educadores possui experiência de mais de sete anos em sala de aula, algo que nos leva a entender que são educadores capazes de exercer com eficiência as suas funções.

Gráfico 3. Autoavaliação dos entrevistados.



Analisando esta questão percebemos que em sua maioria os educadores, não planeja suas aulas apenas para cumprimento de tarefas pré-determinadas por um superior, são conscientes de sua prática e da importância de uma organização e planejamento de suas aulas.

Gráfico 4. Repertório para o trabalho com música.



Analisando o gráfico 4, percebemos que uma das recomendações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil não está sendo totalmente

colocada em prática. Referimo-nos as músicas com acompanhamento instrumentais. Ressaltemos que nem entramos no mérito das músicas apenas instrumentalizada sem um texto direcionador, mas tão somente as linhas melódicas que por si só transmitem muitos conhecimentos, gerando experiências transformadoras e aprendizagem significativa, de uma música com mais qualidade em composição e ou arranjo.

É importante oferecer, também, a oportunidade de ouvir música sem texto, não limitando o contato musical da criança com a canção que, apenas de muito importante, não se constitui em única possibilidade. Por integrar poesia e música, a canção remete, sempre, ao conteúdo da letra, enquanto, enquanto o contato com a música instrumental ou vocal sem um texto definido abre a possibilidade de trabalhar com outras maneiras. (BRASIL, 1998 p.65)

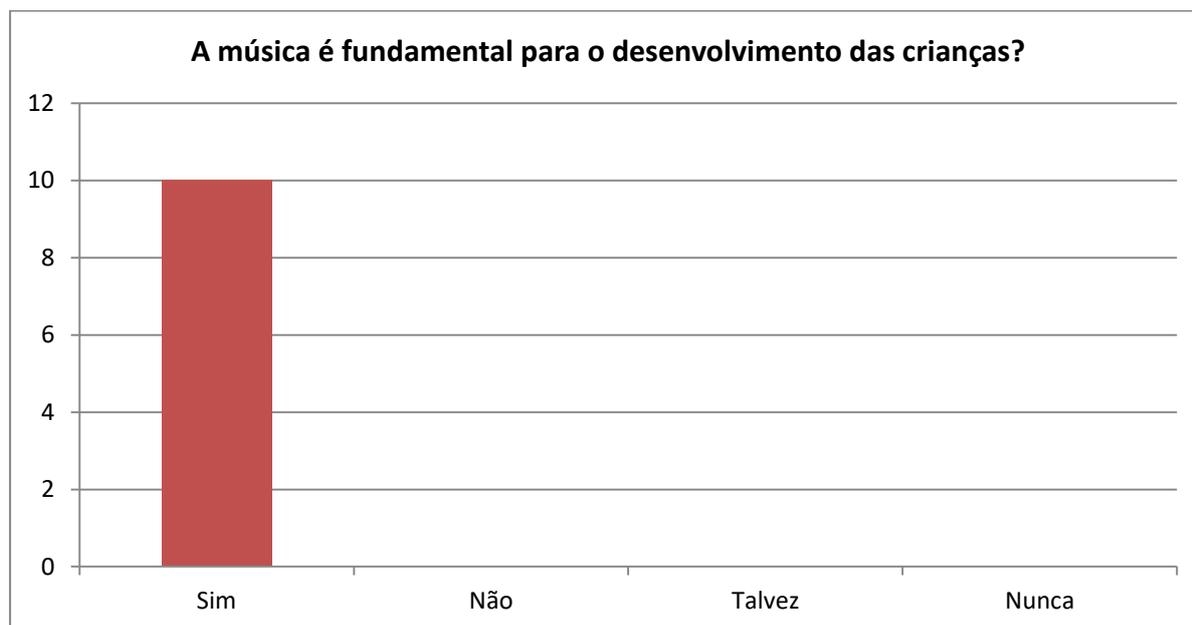
A ausência da execução é uma grande perda de possibilidade e de se trabalhar tópicos específicos da música como, por exemplo: os timbres dos instrumentos e suas respectivas peculiaridades, conhecer repertório de temas direcionados ao público infantil, como a história O Pedro e o Lobo, uma história contada apenas com o som dos instrumentos, cada instrumento, representa um personagem. Pedro e o Lobo, é uma excelente opção para se trabalhar a música sem a estar atrelada a letras, trabalha a essência da música que é a qualidade sonora, ou seja, o som.

Geralmente as músicas que são trabalhadas na educação infantil de maneira ampla são basicamente músicas com poemas, que por sua vez leva a gestos estereotipados, definido pela professora sem a participação efetiva da criança, desperdiçando um momento propício para a estimulação da criatividade das crianças.

Com a música instrumental a criança terá a oportunidade de desenvolver sua percepção musical através das melodias e de seu fraseado. A música é uma linguagem rica e repleta de especificidade, não havendo a necessidade explícita de letra para fazer entender a intenção de cada nota que está sendo emitida. Através de nossa pesquisa, constatamos que a música instrumental não está sendo nem mesmo apresentadas aos pequenos impossibilitando a expansão de repertório e de variedade de formas distintas de culturas como afirma PENNA (2008).

[...] ampliar o universo musical do aluno, dando-lhe acesso à maior diversidade possível de manifestações musicais, pois a música, em suas mais variadas formas, é um patrimônio cultural capaz de enriquecer a vida de cada um, ampliando a sua experiência expressiva e significativa. Cabe, portanto, pensar a música na escola dentro de um projeto democratizante no acesso à arte e a cultura. (PENNA, 2008, p.25).

Gráfico 5. Opinião dos professores sobre a música.



Entendemos que todos os educadores entrevistados consideram a música fundamental para o desenvolvimento. Entretanto, mesmo sabendo de sua importância, observamos que ela apenas estava presente na rotina ou atrelada a alguma atividades pré-estabelecida em calendário escolar, como exposição pedagógica, na qual os pais vão à escola para observar os trabalhos que seus filhos desenvolveram durante um bimestre.

Obviamente que estes momentos mencionados acima são propícios e importantes em muitos aspectos, porém o questionamento é que, infelizmente a música apenas é utilizada e valorizada para esse fim, descartando ou ignorando toda a possibilidade que a música propicia ao desenvolvimento infantil. No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil “a linguagem musical é um excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e

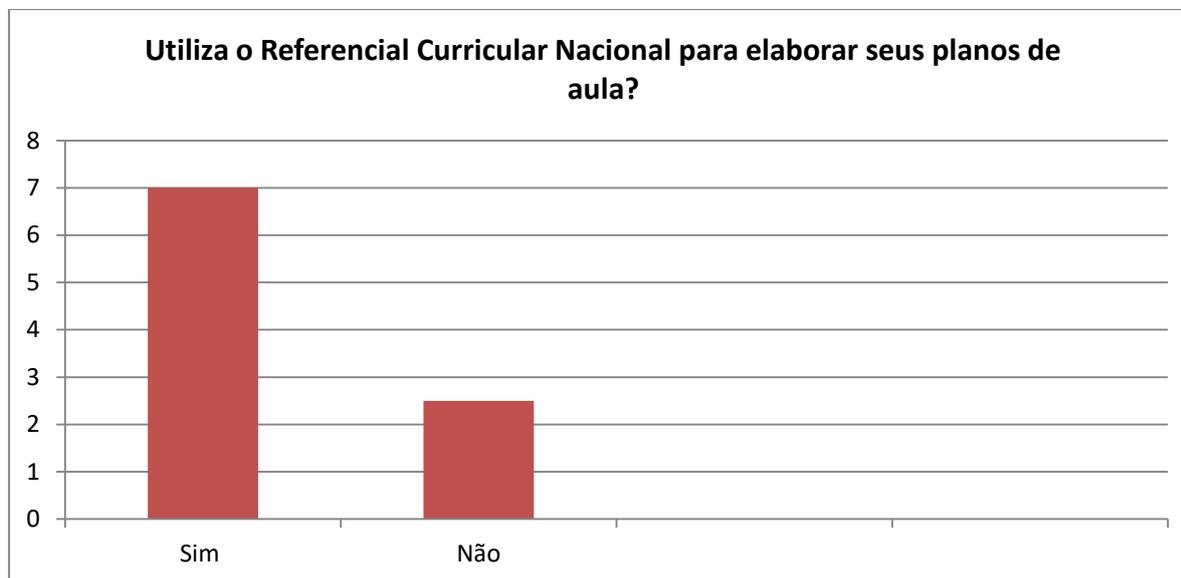
autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social” e alerta os educadores: “é preciso cuidar, no entanto, para que não se deixe de lado o exercício das questões especificamente musicais” (BRASIL, 1998, p. 49).

Gráfico 6. Recursos sonoros utilizados.



Ao analisarmos o Gráfico 6, interpretamos em duas situações, um com aspecto positivo e outro negativo. O primeiro deve-se ao fato da “creche/pré-escola A” possuir o material pedagógico musical (bandinha) com fartura, pois cada sala possui um kit completo e em boa conservação, percebemos que foi manuseado pelas crianças com zelo. O segundo ponto, no caso o negativo, deve-se ao fato da instituição possuir um material excelente que não é trabalhado durante o decorrer de duzentos dias letivos. Muitas vezes por opção de professores que dizem não saber e não gostar dos ruídos do material.

Gráfico 7. Utilização do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil ao elaborar os planos de aula.



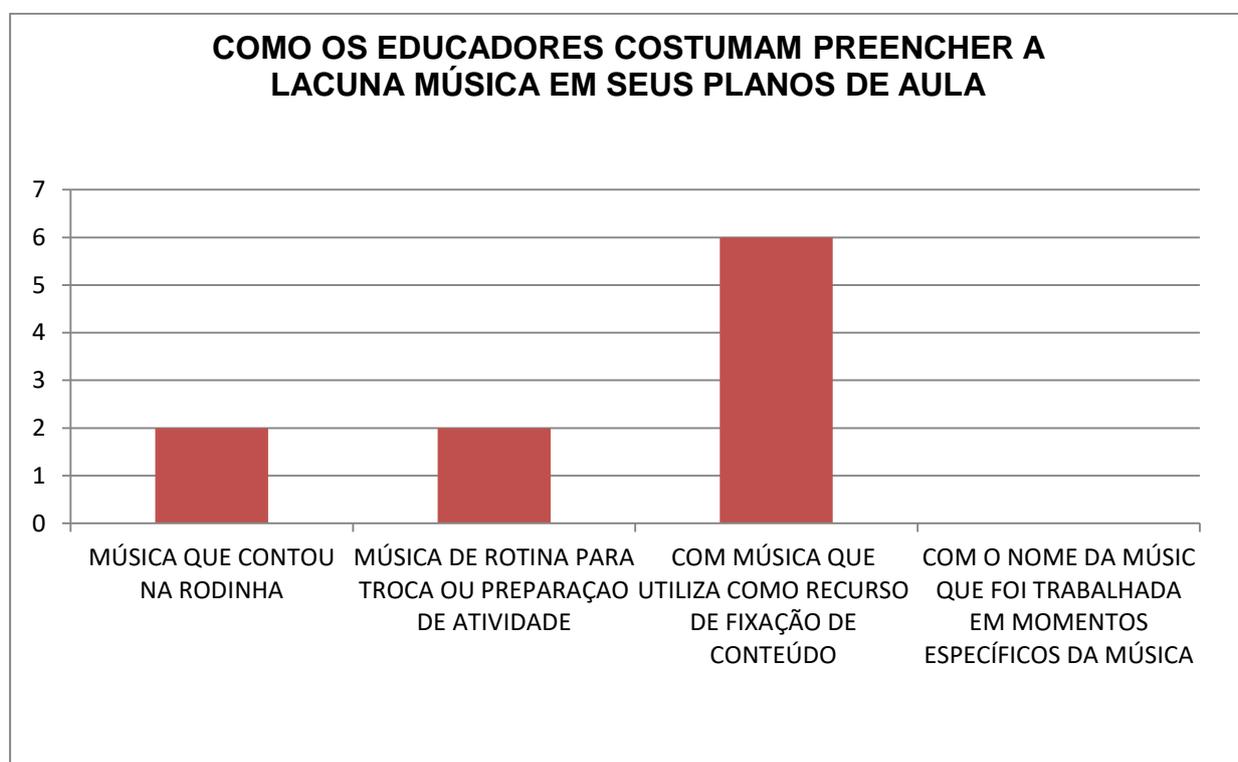
Para análise do Gráfico 7 faz-se necessário a observação do Gráfico 8, pois um completa o outro. No gráfico 7 os educadores afirmam que utilizam o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil como base para os seus planejamentos e no Gráfico 8, informam que isso acontece sempre que possível.

Gráfico 8. Realização de atividades recomendadas pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.



Verificamos com os resultados apresentados no Gráfico 7 e no Gráfico 8, que os professores, embora conheçam os conteúdos do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, não compreendem a sua importância no contexto escolar, uma vez que não o utilizam com frequência. Com isto, é possível inferir que a defasagem entre o conhecimento acerca do trabalho com música sua utilização na prática escolar depende de os professores aplicarem um pouco mais daquilo que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil vem nos oferecendo desde 1998, quando foi publicado.

Gráfico 9. Como os professores utilizam a música em seus planos de aula.



No Gráfico 9, observamos que diariamente a criança da educação infantil escuta e canta músicas durante sua rotina, mas não existe um momento específico para a musicalização. Não há na “creche/pré-escola A” música para musicalizar, apenas para disciplinar os alunos ou em momentos de apresentação aos responsáveis.

Ainda existem professores que desconhecem o poder da música, pois estão com o pensamento de apenas aclamar, preparar a criança para alguma atividade

“como lavar as mãos ou organizar a sala” (fala de uma professora que respondeu o questionário).

Durante a observação do trabalho dos professores, entretanto, verificamos a aplicação de algumas atividades com conteúdo musical entrelaçando de forma harmoniosa e totalmente interdisciplinar, dentro de um contexto propício da aprendizagem musical em sua essência na de sala de aula. Como por exemplo, em uma das aulas observadas presenciando uma professora “D” que durante seu projeto Meios de Transporte. Utilizou uma história sonorizada para fixação do conteúdo. Conjuntamente, trabalhava cores dos veículos e a sua utilização. Englobando o conteúdo musical, permitiu que as crianças ao mesmo tempo que visualizassem a imagem, ouvissem seus efeitos sonoros. Para finalizar exercitou a memorização perguntando qual era o som do carro de uma determinada cor (carro vermelho dos bombeiros, carro azul da polícia etc.).

Assim, entendemos que o que realmente falta nas aulas da educação infantil é a presença da intencionalidade do fazer música. Concordamos, portanto, com Schefer (1991, p. 35) quando assinala que a “música é uma organização de sons (ritmo, melodia etc.) com a intenção de ser ouvida”.

Considerações finais

As informações e conhecimentos percorridos ao longo deste artigo, foram aprendizados adquiridos por meio de observações e coletas de dados.

A música precisa ser visualizada com um olhar de transformação, de enriquecimento, de aprendizagem, utilizando o real poder e força que ela possui estimulação à arte e valorização da cultura, em outras palavras, a música precisa ser valorizada como música (musicalização).

Verificamos que a legislação vigente e a publicação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil não deram conta, ainda, de levar a música para a sala de aula de modo a garantir a sua aplicação.

Porém, observamos que de alguma forma, a realização desta pesquisa serviu para que os professores da “creche/pré-escola A” parassem e refletissem sobre o

trabalho que vêm realizando. Alguns deles, inclusive, reafirmaram a necessidade de rerelem o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Por fim, é necessário ressaltarmos, que não basta entregar aos professores um conjunto de referenciais e exigir que eles os apliquem. É preciso capacitá-los, formá-los de modo a garantir-lhes a apropriação do conhecimento e suas possibilidades de realizarem a transposição didática necessária ao processo de ensino e de aprendizagem.

Referências

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**. [fotos Michele Mifano]. – São Paulo: Petrópolis, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de psicologia musical**; [tradução de Beatriz A. Cannabrava]. – São Paulo: Summus, 1982.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MOURA, Ieda Carvalho de; BOSCARDIN, Maria Teresa Trevisan e ZAGONEL, Bernadete. **Musicalizando crianças: teoria e prática da educação musical** [livro eletrônico] – Curitiba: InterSaberes, 2012. – (Série Educação Musical).

NOGUEIRA, José Henrique. **Educação Musical**. Rio de Janeiro: Booklink, 2007.

SCHAFER, R.Murray. **O Ouvido Pensante**; tradução Maria Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascal. São Paulo: UNESP, 1991.

PAZ, Ermelinda A. **Pedagogia Musical Brasileira no Século XX**. São Paulo: Saraiva, 2013.

UFRJ. **Escola de Música**: histórico. Disponível em: <<http://www.musica.ufrj.br>> Acesso em: 20 nov. 2016.